



ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E PRODUÇÃO IDENTITÁRIA NO MOVIMENTO “HOMOSSEXUAL” EM SERGIPE: O GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE (1981-1996)

Marcos Ribeiro de Melo¹

Diante do pressuposto de que é possível observar contemporaneamente mudanças no campo da “política sexual” em Sergipe que expõem: o aumento da visibilidade social das “homossexualidades”, a segmentação identitária, o crescimento do apoio e reconhecimento políticos das “causas do movimento” e a produção de expertises pelos agentes do movimento LGBT, o presente trabalho, que traz dados preliminares de uma pesquisa de doutorado em andamento, averigua algumas condições de constituição da organização das “homossexualidades” na cidade Aracaju e suas produções identitárias. Este intento se estabelece a partir da análise de estruturas de oportunidades políticas e de trajetórias² de alguns ativistas do “Grupo Dialogay de Sergipe”, no intervalo entre 1981 e 1996. Como fontes foram utilizados documentos, artigos de jornais, entrevistas e trabalhos sobre o grupo.

A delimitação temporal estabelecida coincide com o surgimento do grupo em 1981 e sua primeira extinção no ano de 1996, um intervalo de intensas mudanças históricas e políticas. Antes das apreciações, todavia, faz-se necessária a exposição das escolhas teóricas que nortearão nosso olhar sobre o objeto de estudo, fundamentado no modelo analítico “multi-institucional” de Armstrong e Bernstein (2008), nas categorias de “estrutura de oportunidades políticas” de Tarrow (2009) e de “processo de identificação” de Brubaker e Cooper (2000).

PRODUÇÃO IDENTITÁRIA E OPORTUNIDADES POLÍTICAS NO MOVIMENTO “HOMOSSEXUAL”

¹ Professor Assistente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (Campus Itabaiana), aluno do Doutorado em Sociologia (NPPCS/UFS), pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Desigualdades e Diferenças na Educação (GEPIADDE/UFS), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSEX/UFS), do Grupo Processos identitários e poder (UFS) e aluno do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: marcos_demelo@hotmail.com

² Toma-se aqui a noção de trajetória defendida por Bourdieu (2008), que se opõe às idéias de “biografia” e “história de vida” como narrativas coerentes de uma seqüência significativa e coordenada de eventos. Em sua oposição, trajetória implica a compreensão de que o agente ocupa uma série de “posições”, em um espaço em constante devir, submetido a transformações e descontínuo.



Foucault (1988) data a invenção do personagem “homossexual”, psíquica e morfológicamente diferenciado, no século XIX. Segundo ele, foram os dispositivos médicos, jurídicos e a própria literatura deste período que se encarregaram de esquadrihar os corpos e as subjetividades “desviantes”. É também Foucault quem aponta a criação de um “discurso de reação”, perceptível na segunda metade do século XX, onde a “homossexualidade pôs-se a falar de si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico” (FOUCAULT, 1988, p.96).

Assim, os próprios “homossexuais”, a partir da segunda metade da década de 1960, no hemisfério norte, passaram a exigir o direito de falar sobre si mesmos e de seus estilos de vida, constituindo aquilo que Gamson (2002, p. 142) estabelece como quase uma “identidade étnica forjada com instituições culturais e políticas próprias, festivais, bairros, até uma bandeira própria”.

O aparecimento de distintas modalidades de mobilizações coletivas pós década de 1960, a exemplo dos movimentos ambientalista, étnico-racial, feminista e homossexual, demandou dos estudiosos novas formas de interpretá-los, pois o “modelo marxista” que servia à compreensão do movimento operário, não parecia mais útil. Desse modo, alguns estudiosos, dentre eles os teóricos dos “novos movimentos sociais”, partiram “para a criação de esquemas interpretativos que enfatizassem a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 2008, p. 121).

Apesar de ser possível encontrar diferentes perspectivas analíticas no modelo dos “novos movimentos sociais”, Pichardo (1997) aponta a existência de um conjunto de crenças e de conceitos centrais que poderiam ser resumidos à percepção de que este modelo é produto da mudança de uma economia industrial para uma pós-industrial. Ideologicamente, segundo estes estudiosos, os “novos movimentos sociais” não focariam seus objetivos na redistribuição econômica, tendo sua ênfase na qualidade de vida e na preocupação com estilos de vida.

Há, nesse sentido, um deslocamento do conflito da esfera econômica para a esfera cultural. Touraine (1999) identifica os movimentos que se desenvolveram desde 1960 como “movimentos culturais”, frutos de um processo de “desmodernização”. Nesta reconfiguração, o autor aponta a importância da diversidade social e o redimensionamento das “identidades sociais” que passam a não ser mais definidas pela posição ocupada num sistema social, através do qual os agentes eram percebidos como “econômicos racionais”, mas por suas experiências privadas. Assim, observa-se a importância, para o modelo teórico dos “novos movimentos sociais”, das declarações de



“identidade” na compreensão das mobilizações coletivas. Todavia, Polletta e Jasper (2001) ressaltam que as “identidades coletivas” têm sido frequente e equivocadamente, invocadas a ocupar lacunas deixadas pelo afastamento dos modelos analíticos de “mobilização de recursos” e de “mobilização política” sendo, por vezes, tomadas como oposta a interesses, estratégias e à política.

Em contraposição e a esta compreensão, associamo-nos às percepções de Armstrong e Bernstein (2008) que, influenciadas pelos trabalhos de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, cunham um modelo interpretativo “multi-institucional”, a partir do qual afirmam que a cultura é constitutiva da estrutura, e não secundária ou oposta a ela. Segundo as autoras, esta análise exige redefinições sobre categorias como poder, política, movimentos sociais, agentes e objetivos. Em linhas gerais, isso significa afirmar que os movimentos sociais podem vislumbrar interferências tanto ao nível estatal, como de outras instituições ou ainda nas significações culturais.

No que tange às “identidades coletivas” dos movimentos sociais, são também pertinentes às nossas argumentações as análises de Tarrow (2009), que parte de uma revisão do “modelo institucional/organizacional” e não as considera permanentes ou impermeáveis às influências externas, mas uma resposta às mudanças nas oportunidades e às restrições políticas, às necessidades estratégicas e aos materiais culturais disponíveis.

Tarrow (2009) reforça a compreensão de que os movimentos sociais não são simples agregados de identidades e interesses e, além disso, que não há descontinuidade entre as políticas institucionais e os movimentos. Neste sentido, suas atividades são “uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições” (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009 p. 33).

Desta forma, é importante destacar a inadequação do uso da “identidade” como categoria analítica, na medida em que esta designa uma “condição” e, como é perceptível nas definições acima, os processos que envolvem as “construções identitárias” são complexos e englobam múltiplas esferas.

Numa pertinente crítica ao uso da “identidade” como categoria analítica, Brubaker e Cooper (2000) afirmam que as Ciências Sociais se renderam ao termo “identidade”, fato que trouxe custos intelectuais e políticos, em se tratando de uma categoria pouco clara e ambígua que oscila entre teorizações que as concebem como “essências” ou como “múltiplas, fragmentadas e fluidas”.

Como alternativa às confusões semânticas e às contradições geradas pelo uso da “identidade”, Brubaker e Cooper (2000) sugerem a utilização de outros recursos terminológicos: 1) processos de identificação, 2) auto-compreensão, 3) *commonality*, *connectness*, *groupness*.



Interessam-nos em específico os “processos de identificação”, termo que objetiva especificar os agentes que fazem a “identificação”, não se pressupondo que este processo (mesmo quando realizado por agentes poderosos como o Estado) resultará necessariamente numa uniformidade interna. Essa “identificação” de si mesmo e de outros é intrínseca à vida social. Todavia, “como alguém identifica a si mesmo – e como alguém é identificado por outros – pode variar enormemente de um contexto para outro; a identificação de si e de outros é fundamentalmente situacional e contextual” (BRUBAKER e COOPER, 2000, p.14).

Apesar do Estado ser o mais poderoso “identificador” por possuir recursos simbólicos e materiais para impor categorias e esquemas classificatórios, ele não é o único, pois “a categorização é um processo crucial nos ‘trabalhos institucionais’ em todos os tipos espaços sociais, incluindo famílias, firmas, escolas, movimentos sociais e burocracias de todos os tipos” (BRUBAKER e COOPER, 2000, p.16).

A partir dos expostos e do pressuposto de que o Movimento “Homossexual/LGBT” é um espaço de produção e disputa em torno de discursos e declarações sobre a “homossexualidade”, o presente trabalho apresenta uma investigação inicial sobre a “produção identitária³” da organização da “homossexualidade” em Aracaju, com base nas oportunidades, restrições políticas e elementos das trajetórias de ativistas do “Grupo Dialogay de Sergipe” no período de 1981 a 1996.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA “HOMOSSEXUALIDADE” EM ARACAJU (1981-1996)

Os primeiros registros de um agrupamento de “homossexuais” em Aracaju remetem ao final dos anos 1970, com a formação de uma “comunidade homossexual católica” numa casa paroquial num bairro periférico do Siqueira Campos, na zona oeste de Aracaju (CINFORM, 2010, p.4). As características deste agrupamento, entretanto, não evocam a compreensão de que ao final dos anos 1970 houvesse um movimento “homossexual” em Sergipe. O agrupamento tinha como objetivo debater, entre seus participantes, as agressões por eles sofridas e fornecer-lhes “conforto espiritual” (BRAGG, 2005), excluindo possibilidades de institucionalização ou de mudanças sociais. Este fato pode ser entendido, em parte, pelo clima político pouco favorável em meio à situação da ditadura militar e, por outro lado, também pela trajetória de sua principal liderança.

³ Neste artigo optamos pela terminologia “produção identitária” no lugar de “processo de identificação”, todavia adotamos para aquele termo, o mesmo sentido deste.



A.D.R.⁴, que em 1981 fundaria o “Grupo Dialogay de Sergipe”, aracajuano, nascido no ano de 1954, filho do meio de uma prole de 15 (quinze) de uma família evangélica de poucos recursos, teve forte socialização religiosa. Sua mãe era dona de casa e zeladora da igreja que freqüentavam, seu pai era guarda noturno do município de Aracaju, ambos com baixo nível de escolarização. A.D.R., no início de sua adolescência, ao final da década de 1960, teve participação ativa na congregação, assumindo posto de “presidente de classe da juventude” e “professor de classe” numa igreja em Recife-PE. Após conflito com o pastor de sua instituição religiosa, que dizia respeito a sua orientação sexual, desvinculou-se da mesma, ingressando na igreja católica na década de 1970, na qual fundaria, de maneira clandestina, com participação de um padre, uma “Comunidade Católica Homossexual”. “A gente se reunia no fundo da casa dele (do padre) para falar de Deus para a juventude homossexual, que não era pecado [...]” (Entrevista de A.D.R., 31/03/2010). Em 1980, ao participar de uma das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, como estudante secundarista⁵, entra em contato com o “Jornal Lampião” da Esquina, do qual passou a ser seu representante em Sergipe.

A exposição do seu nome e endereço no folheto, como seu divulgador em Sergipe, fizeram com que A.D.R. fosse contatado pelo presidente da primeira organização homossexual da Bahia com a proposta de fundar um grupo gay em Aracaju. A partir daí, reuniu-se com amigos em sua casa, numa vila do centro de Aracaju e fundou no dia 14/03/1981, o “Grupo Dialogay de Sergipe” (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981).⁶

A presença do líder do Grupo Gay da Bahia foi além da idealização inicial do movimento gay sergipano, caracterizando-se como uma oportunidade política que Tarrow (2009) denomina de “aliado influente”. Um dos protagonistas e pioneiros da militância “homossexual” brasileira, professor universitário e doutor em Antropologia, a atuação de Mott junto ao Dialogay indica uma “transferência” dos seus capitais militante⁷, intelectual e social, à liderança do incipiente Dialogay, que gerou credibilidade à formação inicial e à permanência do grupo no cenário nacional e no próprio estado, pois, diferente das formações dos outros grupos, onde a presença de intelectuais era notória, em Sergipe o movimento fora iniciado por estudantes secundaristas. Por sua vez, a forte

⁴ Utilizamos iniciais fictícias para nos referir aos sujeitos entrevistados.

⁵ A.D.R. trabalhava neste período como operador de fotocópia e atendente num cartório da cidade.

⁶ Este nome foi escolhido numa reunião posterior ao primeiro encontro.

⁷ De acordo com Matonti e Poupeau, o capital militante é uma dimensão do engajamento que diz respeito às aprendizagens adquiridas, em boa parte, no campo político, nele se valorizando, mas também se reconvertendo em outras esferas. É imprescindível, todavia, salientar a importância crescente, segundo os autores, do capital escolar para a aquisição do capital militante, pois sua transmissão tem se dado “cada vez menos em seus locais tradicionais e de geração em geração” (MATONTI e POUPEAU, 2004, p. 7), sendo as competências escolares a alavanca para sua aquisição.



socialização religiosa de A.D.R., sua experiência política como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado foram também importantes na manutenção do grupo.

Rosa (2005) divide a existência do Dialogay em três fases “uma que inicia em 1981 e estende até 1993; uma segunda que vai de 1994 a 1999 e, por fim, a última, que engloba os anos de 2000 a 2003” (ROSA, 2005, p. 23). Sobre a primeira fase o pesquisador afirma o uso do slogan “É legal ser homossexual” como estratégia de valorização da “prática homossexual”, com a “perspectiva de assumir-se em público, através de trejeitos, roupas e adereços, ou o simples ato de colocar um brinco na orelha, como uma espécie de transgressão e/ou ato de auto-afirmação” (ROSA, 2005, p. 23).

É possível também perceber, neste primeiro momento, através da análise dos livros de ata, relatos que indicam uma tendência “filantrópica” do grupo, ao estabelecer preocupações e ações voltadas “homossexuais pobres e de periferia”, resquícios do primeiro agrupamento na década de 1970 (GRUPO DIALOGAY, 1981).

Rosa (2005) relata a existência de outras estratégias de “produção identitária”, ao longo da década de 1980, com objetivos de dar visibilidade e consolidar as ações grupo, como os desfiles de beleza “Garoto Sexy 88” e os encontros semanais no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe para leitura do jornal *Lampião na Esquina* e revistas.

Em contrapartida, destaca neste período o “improviso”, a “falta de organização e de projeto político e institucional”, a “incapacidade de construção de uma agenda local de prioridades” ou definição de “uma linha de ação clara” pela instituição. Ao passo que, compreende estes fatos como vinculados à “carência constante de recursos e material para a realização de atividades, que eram supridas em parte pela arrecadação de doações através de Livro de Ouro ou de pedidos via ofícios para autoridades e órgãos públicos” (ROSA, 2005, p. 24).

As dificuldades do G.D.S. observadas por Rosa (2005) não estavam apenas localizadas em Sergipe. Ao tentar compreender a dispersão da militância “homossexual” no Brasil logo após os primeiros anos da criação do mesmo, MacRae (1997) aponta como causas, não só do aparecimento de um “gueto comercial gay”, mas também alguns problemas inerentes ao movimento brasileiro que, ao importar as noções “identitárias” do movimento gay americano, onde a divisão entre “heterossexuais” e “homossexuais” estruturava as práticas e “identidades militantes”, deparou-se com a relutância brasileira de se identificar com a rigidez identitária. Além disso, a inexistência de uma legislação claramente “anti-homossexual” como acontece em alguns estados norte-americanos, geravam preconceito difuso e, portanto, de difícil localização do “inimigo” a ser combatido.



Seguindo os passos do que era realizado pelo Grupo Gay da Bahia, onde o registro de violência contra “homossexuais” se tornou uma importante “bandeira”, o Grupo Dialogay de Sergipe, segundo Rosa (2005), já na década de 1980, passou também a registrar os assassinatos de “gays”. O registro e as denúncias deste tipo de violência foram importantes para a entidade ao longo dos segundo e terceiro momentos da instituição, tornando-se inclusive, tema de estudos acadêmicos de militantes. Além dos assassinatos, a partir de 1983, outra “luta” teve peso político para o Dialogay: o combate à AIDS.

Rosa (2005) afirma que a partir de 1983 o Grupo Dialogay, em conjunto com a organização BEMFAM (Bem-estar Familiar no Brasil), começou a realizar “campanhas” de combate ao HIV/AIDS através da distribuição de preservativos, sendo tal ação interpretada como sem nexos pela sociedade sergipana naquele momento. Os livros de ata da instituição apresentam uma lacuna no período de 1983-1985, mas a partir de 1986, quase a totalidade das atividades e discussões do grupo giravam em torno do tema AIDS. O primeiro registro de soropositividade em Sergipe, em 1987, e a criação de um Programa Estadual DST/AIDS, no mesmo ano, tornaram mais estreitas as relações da instituição com a Secretaria de Saúde do Estado.

A crescente projeção do grupo, em parte devido às ações no combate a AIDS, tornou possível a A.D.R. se lançar como candidato à Câmara de Vereadores em Aracaju no ano de 1988 pelo PT. Apesar da derrota no pleito, é interessante expor a utilização pelo candidato da sua “homossexualidade” e a sua tentativa de reverter seu capital militante em capital político, processo observável em seus “slogans” e no seu programa. Os slogans “Voto: ponha o seu no A.D.R.”, “A.D.R.: a compreensão entre os homens”, “Ponha tudo no candidato que você acredita – Wellington” e “Wellington – é para quem entende” demonstram a utilização da visibilidade de sua orientação sexual como formas de angariar eleitores. Além disto, a “dezena 24” foi escolhida pelo próprio candidato por ser “conhecida e no jogo-do-bicho representa o veado”. Entre suas promessas estavam presentes a “defesa das minorias”, conscientização das pessoas em relação à AIDS e a implantação da educação sexual nas escolas. Jornais da época anunciavam as propostas de A.D.R. em não defender apenas os homossexuais, ampliando seus objetivos a outras minorias como os índios, negros, pobres e menores (JORNAL DA MANHÃ, 1988).

A criação do Programa Estadual DST/AIDS em Sergipe, em 1987, “levou a entidade a se dividir entre a militância na defesa dos homossexuais e a proposta de barrar o avanço do HIV” (ROSA, 2005, p. 26). Apesar de perceber que com o advento da AIDS foi possível ao Dialogay fazer registro em cartório e conseguir cadastro junto à Receita Federal, Rosa (2005) atribui ao grupo



a “incapacidade criar uma linha clara de ação”, que terminou por fazer com que houvesse a migração de seus objetivos para o combate à AIDS em detrimento das ações de “valorização da homossexualidade”. Todavia, em 1993, dá-se início ao que ele denomina de segundo período do Dialogay, com a abertura da primeira linha de financiamento para organizações não governamentais que trabalhavam no combate à AIDS.

A percepção de que o AIDS contribuiu para o aumento de recursos e infra-estrutura do movimento também é compartilhada por Green, para quem “[...] os grupos aprenderam a pedir verbas tanto para os governos estadual e federal, quanto para organizações internacionais. Esses recursos ofereceram a possibilidade de alugar locais que também servem de ponto de reunião dos ativistas gays e lésbicas” (GREEN, 2000, p. 292).

O processo de institucionalização, alavancado pelo estado, exigia mudanças nos novos perfis dos militantes, principalmente de seus dirigentes. A necessidade de determinadas *expertises* para o crescimento do grupo, por exemplo, na concorrência em editais dos programas DST/AIDS, resultou na aproximação de militantes que podiam dar este tipo de suporte. De 1981 a 1991, A.D.R. foi o principal representante do Grupo Dialogay de Sergipe, mas a partir 1992 uma mulher passou a dividir a diretoria.

Natural do Rio de Janeiro, N.C.R., 59 anos, filha de pai belga (agente federal, economista e advogado) e mãe holandesa (dona de casa), cuja forte “vocação para o voluntariado” a fez participar de entidades beneficentes desde a infância em sua cidade natal. Eloquente, com nível superior, graduada em História (bacharelado e licenciatura), com especialização em Arqueologia, destacou-se no grupo e assumiu a função de vice-diretora e “porta voz”, representando o grupo em eventos, realizando “workshops”, etc. Todavia, suas declarações de “heterossexualidade” aos jornais da época (JORNAL DA CIDADE, 1996), na tentativa de esclarecer sua orientação sexual e sua condição de mãe e esposa, geraram desconforto e críticas dos participantes do grupo.

Se a década de 1990 foi caracterizada como um período propício à organização financeira e administrativa das instituições, tal fato não aconteceu com o Dialogay. Contemplada em apenas um edital, a instituição teve dificuldades para alugar um espaço próprio e para gastar o recurso e, ao final, devolveu parte do mesmo (ROSA, 2005). Em 1996, após disputas internas e a escolha de uma nova direção, o Dialogay passou por uma série de denúncias de irregularidades pelo uso inadequado das verbas do projeto do Ministério da Saúde no período anterior, sofrendo sua primeira extinção.



O debate ao longo do artigo aponta em direção à compreensão de que, apesar do Dialogay ter iniciado suas atividades na década de 1980, não se pode afirmar que neste período existisse um “movimento homossexual” no estado de Sergipe. Não obstante a instituição ter estabelecimento uma rede de relações com outros grupos “homossexuais”, apresentar vínculos partidários, e dos usos e reconversões do capital militante de sua principal liderança, este foi um momento de limitadas oportunidades políticas. O final da década de 1980 e o início da década de 1990, por sua vez, caracterizado pelo surgimento de políticas públicas para prevenção do HIV/AIDS, geraram mudanças significativas no grupo, exigindo um novo perfil dos militantes e cunhando uma preocupação de institucionalização.

Além disso, através da averiguação destes dados iniciais, percebem-se discontinuidades nos repertórios de ação, nas “bandeiras”, nas redes institucionais, nas relações com o Estado, nos perfis das lideranças, nos objetivos das mobilizações e na própria “produção identitária”, processos vinculados, por sua vez, às estruturas de oportunidades e de restrições políticas experimentadas pelos agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMSTRONG, Elizabeth A.; BERNSTEIN, Mary. Culture, power and institutions: a multi-institutional politics approach to social movements. *Sociological Theory*. vol. 26, n.1, 2008, p. 74-99. Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br>. Acesso em 13 de abril de 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008a, p. 74-82.
- BRAGG, Marcellus. *Wellington “Esperança” Andrade*. Salvador, 2005. Disponível em: www.glx.com.br. Acesso em 15 de setembro de 2009.
- BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond “identity”. *Theory and Society*. vol.29, p. 1-47, 2000. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/>. Acesso em 05 de maio de 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Um extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (org.). *Sexualidades transgresoras: uma antologia de estudos queer*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002, p. 141-172.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7ª ed, São Paulo: Edições Loyola, 2008.



GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 15, 2000. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a12.pdf> . Acesso em 10 de janeiro de 2010.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. O capital militante: uma tentativa de definição. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n. 155, p.5-11. Tradução de Ernesto Seidl.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n.76, 2009 pp. 11-48. Disponível em: www.scielo.br . Acesso em 12 de abril de 2010.

MACRAE, Edward. Movimentos sociais e os direitos de cidadania dos homossexuais. In: ARAÚJO, A. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 237-242.

PICHARDO, Nelson A. New Social movements: a critical review. *Annual Review of Sociology*, Vol. 23, 1997, p. 411-430. Disponível em: student.uclan.ac.uk/ahss/education_social_sciences/social.../nrm15.pdf . Acesso em 15 de abril de 2010.

ROSA, Gilvan dos Santos. *Terceiro Setor: um estudo no Grupo Dialogay de Sergipe*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005. (monografia de Especialização no Terceiro Setor e Políticas Públicas).

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINE, Alain. *Podemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JORNAIS

PRESIDENTE do Dialogay quer ser vereador. *Jornal da Manhã*, Aracaju, 22 de setembro de 1988.

JC recebe troféu do Dialogay. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 30 março de 1996, Caderno B, p.15.

MILITANTE deixa movimento gay após 30 anos de luta. *Cinform*. Caderno 1 Segurança/Cidade, Aracaju-SE, 15 a 21 de março de 2010, ano XXVIII, edição 1405, p.4.

OUTROS DOCUMENTOS

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE. Aracaju. *Ata de reunião realizada dia 14 de março de 1981*. Livro 1, p. 1.

_____. Aracaju. *Ata de reunião realizada dia 29 de março de 1981*. Livro 1, p. 1-2.